

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 163.390 - RS (2019/0019117-1)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
SUSCITANTE : VALESCA SOUZA DA ROZA
ADVOGADO : MILENA MACALÓS SASSO - RS100323
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 20ª VARA DA SEÇÃO
JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE ACIDENTE DO
TRABALHO DE PORTO ALEGRE - RS
INTERES. : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Conflito Negativo de Competência, com pedido liminar, suscitado por **VALESCA SOUZA DE ROZA** em que aponta como suscitados o **JUÍZO FEDERAL DA 20ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL** e o **JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE ACIDENTES DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE - RS**, em Mandado de Segurança impetrado em desfavor do **CHEFE DA AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DE PORTO ALEGRE - UNIDADE IAPI**, pretendendo afastar ato administrativo que cassou o benefício de auxílio-doença acidentário.

Dispensada a remessa ao Ministério Público Federal, nos termos do art. 951, parágrafo único, do Código de Processo Civil.

É o relatório. Decido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

O Conflito comporta conhecimento, porquanto se trata de controvérsia instaurada entre Juízes vinculados a Tribunais distintos, consoante o disposto no art. 105, I, *d*, da Magna Carta.

A controvérsia cinge-se em determinar a competência para processar e julgar o Mandado de Segurança impetrado por segurada, em face do Chefe da Agência da Previdência Social de Porto Alegre que determinou o pagamento do benefício até somente 28.09.2018.

O art. 109, VIII, da Constituição da República, estabelece a competência

dos juízes federais para processar e julgar mandados de segurança impetrados contra ato de autoridade federal, ressalvada a competência dos tribunais federais:

Art. 109 – Aos juízes federais compete processar e julgar:

(...)

VIII – Os mandados de segurança e os habeas data contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais.

(...)

§ 2º As causas intentadas contra a União poderão ser aforadas na seção judiciária em que for domiciliado o autor, naquela onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda ou onde esteja situada a coisa, ou, ainda, no Distrito Federal.

Da interpretação do art. 109, § 2º, da Constituição da República, extrai-se que constitui faculdade do Impetrante a escolha do foro para propositura da ação, cabendo sua impetração perante os juízos ali indicados.

O ordenamento constitucional, neste aspecto, objetiva facilitar o acesso ao Poder Judiciário da parte que litiga contra a União, sendo legítima a opção do Impetrante para que o *mamdamus* seja processado no foro de seu domicílio.

Vale ressaltar que a orientação da Suprema Corte é no sentido de que a regra do art. 109, § 2º, da Constituição da República também se aplica ao mandado de segurança.

Nesse sentido:

CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA. CAUSAS AJUIZADAS CONTRA A UNIÃO. ART. 109, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. CRITÉRIO DE FIXAÇÃO DO FORO COMPETENTE. APLICABILIDADE ÀS AUTARQUIAS FEDERAIS, INCLUSIVE AO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA - CADE. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

I - A faculdade atribuída ao autor quanto à escolha do foro competente entre os indicados no art. 109, § 2º, da Constituição Federal para julgar as ações propostas contra a União tem por escopo facilitar o acesso ao Poder Judiciário àqueles que se encontram afastados das sedes das autarquias.

II - Em situação semelhante à da União, as autarquias federais possuem representação em todo o território nacional.

III - As autarquias federais gozam, de maneira geral, dos mesmos privilégios e vantagens processuais concedidos ao ente político a que pertencem.

IV - A pretendida fixação do foro competente com base no art. 100, IV, a, do CPC nas ações propostas contra as autarquias federais resultaria na concessão de vantagem processual não estabelecida para a União, ente maior, que possui foro privilegiado limitado pelo referido dispositivo constitucional.

V - A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem decidido pela incidência do disposto no art. 109, § 2º, da Constituição Federal às autarquias federais. Precedentes.

VI - Recurso extraordinário conhecido e improvido.

(RE 627709, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 20/08/2014, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-213 DIVULG 29-10-2014 PUBLIC 30-10-2014 - destaque meu)

CONSTITUCIONAL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA. MANDADO DE SEGURANÇA. UNIÃO. FORO DE DOMICILIO DO AUTOR. APLICAÇÃO DO ART. 109, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal está pacificada no sentido de que as causas intentadas contra a União poderão ser aforadas na seção judiciária em que for domiciliado o autor, naquela onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda ou onde esteja situada a coisa, ou, ainda, no Distrito Federal. 2. Agravo regimental improvido.

(RE 509442 AgR, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Segunda Turma, julgado em 03/08/2010, DJe-154 DIVULG 19-08-2010 PUBLIC 20-08-2010 EMENT VOL-02411-05 PP-01046 RT v. 99, n. 901, 2010, p. 142-144)

Estampando essa orientação, destaco recentes julgados desta Corte:

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DE AÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA. JUÍZO DO DOMICÍLIO DO IMPETRANTE. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça reconhece a possibilidade de a ação de mandado de segurança ser impetrada no foro do domicílio do impetrante quando referente a ato de autoridade integrante da Administração Pública federal, ressalvada a hipótese de competência originária de Tribunais. Precedentes.

2. Conflito conhecido para reconhecer competência o juízo suscitado, da 7.^a Vara Cível de Ribeirão Preto, da Seção Judiciária de São Paulo.

(CC 151.353/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/02/2018, DJe 05/03/2018)

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. MANDADO DE SEGURANÇA. CAUSAS CONTRA A UNIÃO. FORO DO DOMICÍLIO DO IMPETRANTE. OPÇÃO. ALTERAÇÃO JURISPRUDENCIAL.

1. Tendo em vista o entendimento do STF, o STJ reviu seu posicionamento anterior e, visando facilitar o acesso ao Poder Judiciário, estabeleceu que as causas contra a União poderão, de acordo com a opção do autor, ser ajuizadas perante os juízos indicados no art. 109, § 2º, da Constituição Federal.

2. Caberá, portanto, à parte impetrante escolher o foro em que irá propor a demanda, podendo ajuizá-la no foro de seu domicílio.

Precedente: AgInt no CC 150269/AL, Relator Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 22/06/2017.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no CC 153.138/DF, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/12/2017, DJe 22/02/2018)

Por fim, não cabe a esta Corte a análise de questões referentes à demanda que deu origem ao presente conflito, as quais deverão ser suscitadas perante o juízo competente, porquanto a cognição, no conflito de competência é limitada, consoante reportam as seguintes lições doutrinárias:

487. Efeitos do julgamento do conflito de competência

O julgamento do conflito de competência pelo relator ou pelo órgão fracionário do tribunal produzirá os seguintes efeitos: (a) declarará o órgão judicante competente, que pode ser um juízo distinto dos disputantes; (b) pronunciará a invalidade, ou declarará a validade dos atos do juízo incompetente; (c) ordenará a remessa dos autos, que permaneceram na origem, ao juízo competente, caso outro o seja (art. 957).

O ato decisório se restringirá à questão de competência. Não cabe emitir qualquer juízo, positivo ou negativo, a respeito do mérito das decisões emitidas por um ou por outro órgão judiciário em conflito. Em certa oportunidade, o STJ rejeitou manifestação sobre a legitimidade do sujeito federal cuja presença justificaria, em tese, a competência do juiz federal. Cuidando-se de conflito positivo de competência, originário da pendência de duas causas idênticas, conforme os elementos do art. 337, § 2.º, mas havendo divergência entre os juízos envolvidos a respeito de qual é a cronologicamente anterior, estimou-se possível que, dirimida a questão, o órgão ad quem promova a extinção do segundo processo. É preferível, entretanto, que os autos retornem à origem e nela seja preferida a sentença fundada no art. 485, V, assegurando ao vencido apelação, a mais não seja quanto ao capítulo acessório da sucumbência (art. 85).

(ASSIS, Araken de. **Processo Civil Brasileiro**. 2. ed., rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. v. 1, p. 1228-1229).

5.6 Procedimento

[...]

g) julgamento do conflito, conforme art. 122 do CPC, com a declaração do juiz competente (que pode ser um juiz que não participou do conflito) e decisão acerca da validade dos atos praticados pelo juiz incompetente; o tribunal somente poderá decidir a questão do conflito, não lhe cabendo o exame de qualquer outra matéria; a sentença tem natureza declaratória; [...]

(Pizzol, Patricia Miranda. *A Competência no Processo Civil*. 1ª ed., Revista dos Tribunais, São Paulo, 2003, p. 359, destaque meu).

No mesmo sentido os precedentes desta Corte:

PROCESSUAL CIVIL. QUESTÃO DE ORDEM. INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE AJUIZADO APÓS O INÍCIO DO JULGAMENTO DO PROCESSO OBJETO DA REFERIDA ARGUIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DO EXAME. OCORRÊNCIA DA PRECLUSÃO. PLEITO EXTEMPORÂNEO CUJO ACOLHIMENTO CAUSARIA TUMULTO PROCESSUAL. EFEITO MULTIPLICADOR DAS DECISÕES DO STJ. LIMITES DA COGNIÇÃO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA.

1. Não cabe o exame de Arguição de Inconstitucionalidade ajuizada após o início do julgamento do processo objeto do referido incidente. Precedentes deste Sodalício.

2. É impossível, na espécie, que se julgue na Corte Especial o agravo interno interposto contra a decisão singular que inadmitiu liminarmente incidente precluso, sob pena de postergar-se o final do julgamento do conflito de competência relativo a vários recursos especiais da Primeira e Segunda Seção.

3. O acolhimento do pedido em questão causaria situação inusitada, qual seja, o julgamento ainda não finalizado deste conflito de competência seria interrompido por outro julgamento, nos mesmos autos, em torno de incidente de arguição de inconstitucionalidade notoriamente extemporâneo e descabido.

4. A solução adotada nesta ocasião pelo Superior Tribunal de Justiça, através da Corte Especial, possuirá natural efeito multiplicador. Por isso, entende-se que o exame colegiado de recurso interposto contra decisão monocrática pela qual foi rejeitado liminarmente incidente processual manifestamente infundado ajuizado durante julgamento ainda não finalizado, provocaria grande atraso e prejuízo na prestação jurisdicional dos Tribunais de todo País, caso o pedido ora formulado fosse acolhido nesta oportunidade.

5. O conflito de competência, segundo entendimento remansoso da jurisprudência e da doutrina, tem sua cognição restrita à definição do juízo apto a prestar a jurisdição em determinado processo, consubstanciando tal limite respeito ao princípio constitucional do juiz natural, não podendo este incidente processual ser utilizado como sucedâneo recursal ou para se obter, por via transversa, a análise da controvérsia estabelecida no processo do qual se originou.

6. Indeferimento do pedido formulado na petição n. 617.831/2017, ficando prejudicado o exame do agravo interno de fls. 1.498/1.502, com a consequente restituição do feito ao Excelentíssimo Senhor Ministro Luis Felipe Salomão, para análise decorrente de pedido de vista.

(QO na PET no CC 140.456/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/09/2018, DJe 05/11/2018, destaque meu).

PROCESSUAL CIVIL - CONFLITO DE COMPETENCIA - UNIÃO FEDERAL - DENUNCIAÇÃO DA LIDE.

I - Compete ao Juízo Federal avaliar o interesse da União Federal ou de seus entes no processo. Rejeitada a preliminar de ilegitimidade passiva ad

causam e a denunciação da lide do ente federal, inexistente conflito. Não cabe ao juízo estadual ou ao stj, ao apreciar o conflito, decidir quanto ao acerto ou desacerto do Juízo Federal. O eventual reexame do decidido caberá ao TRF. Enquanto não reapreciada a decisão terá curso o processo perante o juízo estadual (CC 1.555/RS).

II - Conflito conhecido, determinando-se a remessa dos autos ao Juízo Estadual, suscitado, competente para o julgamento do feito.

(CC 17.233/DF, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 23/10/1996, DJ 24/03/1997, p. 8967, destaque meu).

Desse modo, não cabe, em sede de conflito de competência, apreciar a concessão de tutela provisória, a qual deverá ser suscitada em sede própria perante o juízo competente para a demanda.

Isto posto, nos termos do art. 955, parágrafo único, do Código de Processo Civil, combinado com art. 34, XVIII, do Regimento Interno desta Corte, **conheço do conflito, INDEFIRO o pedido liminar de restabelecimento do benefício previdenciário e declaro competente o JUÍZO FEDERAL DA 20ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.**

Comunique-se, com urgência, ao Juízo Suscitante e ao Juízo Suscitado.

Publique-se. Intimem-se.

Após as providências cabíveis, arquivem-se os autos.

Brasília (DF), 06 de fevereiro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora